ESTUDO SOBRE ENSINO APRENDIZAGEM ATRAVÉS DA PSICOPEDAGOGIA

ERIKA RODRIGUES DE FIGUEIROA GONÇALVES

RESUMO:

A presente monografia é um estudo baseado em referências bibliográficas sobre o tema Psicopedagogia e Aprendizagem. Pretende-se evidenciar o objeto de estudo da Psicopedagogia, propor uma análise sobre a educação e aprendizagem. Apresenta-se a formação de conceitos segundo teóricos como Vygotsky. Por fim, apresenta a atuação do psicopedagogo na escola, a importância sobre compreender o aluno, a família, o professor,a cultura e a melhoria das relações com a aprendizagem. Dentro dessa perspectiva, apresenta o papel do Psicopedagogo em sua área de atuação, no contexto escolar e o papel desse profissional diante dos problemas de aprendizagem.

Palavras-chave: Estudo. Aprendizagem. Psicopedagogia.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem base autores como Scoz (1999), Goldberg (1985) Fernàndez (1990) entre outros que se ocuparam com estudos sobre a aprendizagem humana, que adveio de uma demanda – o problema de aprendizagem, colocado num território pouco explorado, situado além dos limites da Psicologia e da própria Pedagogia – e evoluiu devido à existência de recursos, ainda que embrionários, para atender essa demanda, constituindo-se, assim, numa prática.

Existem vários campos de atuação da Psicopedagogia, porém, especificamente para este estudo, foi abordada a área Institucional, onde se pretendeu analisar as estruturas, políticas e práticas que envolviam o ensino da Língua Estrangeira Moderna. Assim, foi escolhido um público-alvo de professores e pedagogos e por este motivo caracterizou-se o estudo no campo institucional.

Os grandes problemas de relacionamento humano enfrentados atualmente, tanto no âmbito escolar quanto no familiar e no social, encontram-se atrelados à real compreensão do outro, à compreensão das motivações atitudinais e da comunicação implícita. Nesse contexto, as velozes mudanças nas formas de se comportar e dizer, próprias do mundo hodierno, atuam como um fator complicador.

Como educadores, notadamente como psicopedagogos, não podemos deixar de estar atentos a essas questões, pois são inerentes ao proceder educativo. Precisamos compreender nosso aluno, sua família, seus professores, sua escola, sua comunidade e sua cultura a fim de com eles mantermos um diálogo eficaz para a efetivação de um processo de aprendizagem que possibilite o desenvolvimento dos talentos e das capacidades do aluno. Temos, na psicopedagogia, um campo vasto e profundo que favorece essa compreensão.

APRENDIZAGEM ATRAVÉS DA PSICOPEDAGOGIA

Se a definição do termo Psicopedagogia produz um estado de confusão conforme afirma Neves, vejamos qual é a definição do objeto de estudo da Psicopedagogia segundo alguns psicopedagogos brasileiros.

Para Kiguel, o objeto central de estudo da Psicopedagogia está se estruturando em torno do processo de aprendizagem humana: seus padrões evolutivos normais e patológicos - bem como a influência do meio (família, escola, sociedade) no seu desenvolvimento. (1991, p. 24)

Do ponto de vista de Weiss, a Psicopedagogia busca a melhoria das relações com a aprendizagem, assim como a melhor qualidade na construção da aprendizagem de alunos e educadores. (1991, p. 6)

Segundo Jorge Visca (1987), a Psicopedagogia, que inicialmente foi uma ação subsidiária da Medicina e da Psicologia, perfilou-se como um conhecimento independente e complementar, possuidora de um objeto de estudo - o processo de aprendizagem e de recursos diagnósticos, corretores e preventivos próprios. Para Marina Müller, ao refletir-se sobre o objeto de estudo específico da Psicopedagogia, deve-se levar em conta o lugar em que se situa este campo de atividade. Müller (1984) diz que é função da Psicologia pensar como se incrementam os conhecimentos, ou entram em contradição e são substituídos; que leis regem estes processos; que influências afetivas e representações inconscientes os acompanham; que dificuldades interferem ou impedem; de que maneira é possível favorecer as aprendizagens ou tratar suas alterações.

É função da Pedagogia pensar o que é educar, o que é ensinar e aprender; como se desenvolvem estas atividades; como incidem subjetivamente os sistemas e métodos educativos; quais as problemáticas estruturais que intervêm no surgimento de transtornos de aprendizagem e no fracasso escolar; que propostas de mudanças surgem. “O sujeito que aprende” - diz Marina Müller - “é

motivo de perguntas para os psicopedagogos, e destinatário de sua atividade profissional". (MULLER, 1984, pp. 7 e 8).

A Psicopedagogia se ocupa da aprendizagem humana que adveio de uma demanda o problema de aprendizagem, colocado em um território pouco explorado, situado além dos limites da Psicologia e da própria Pedagogia - e evoluiu devido à existência de recursos, ainda que embrionários, para atender a essa demanda, constituindo-se, assim, em uma prática. Como se preocupa com o problema de aprendizagem, deve ocupar-se inicialmente do processo de aprendizagem. Portanto, vemos que a Psicopedagogia estuda as características da aprendizagem humana: como se aprende, como essa aprendizagem varia evolutivamente e está condicionada por vários fatores, como se produzem as alterações na aprendizagem, como reconhecê-las, tratá-las e preveni-las.

Esse objeto de estudo, que é um sujeito a ser estudado por outro sujeito, adquire características específicas a depender do trabalho clínico ou preventivo: • O trabalho clínico se dá na relação entre um sujeito com sua história pessoal e sua modalidade de aprendizagem, buscando compreender a mensagem de outro sujeito, implícita no não aprender.

Nesse processo, onde investigador e objeto sujeito de estudo interagem constantemente, a própria alteração torna-se alvo de estudo da Psicopedagogia. Isto significa que, nesta modalidade de trabalho, deve o profissional compreender o que o sujeito aprende, como aprende e por quê, além de perceber a dimensão da relação entre psicopedagogo e sujeito de forma que se favoreça a aprendizagem. No trabalho preventivo, a instituição, enquanto espaço físico e psíquico da aprendizagem, é objeto de estudo da Psicopedagogia, uma vez que são avaliados os processos didático metodológicos e a dinâmica institucional que interferem no processo de aprendizagem.

A definição do objeto de estudo da Psicopedagogia passou por fases distintas, assim como os demais aspectos dessa área de estudo. Em diferentes momentos históricos, que repercutem nas produções científicas, esse objeto foi entendido de várias formas.

Houve um tempo em que o trabalho psicopedagógico priorizava a reeducação, o processo de aprendizagem era avaliado em função de seus déficits, e o trabalho procurava vencer tais defasagens. O objeto de estudo era o sujeito que não podia aprender, concebendo-se a "não aprendizagem" pelo enfoque que salientava a falta. Esse ponto de vista buscava estabelecer semelhanças entre grandes grupos de sujeitos, as regularidades, o esperado para determinada idade, visando reduzir as diferenças e acentuar a uniformidade. Posteriormente, a Psicopedagogia adotou a noção de "não aprendizagem" de uma outra maneira: o não aprender é tido como carregado de significados, e não se opõe ao aprender. Essa fase da Psicopedagogia é fundamentada, em especial, na Psicanálise e na Psicologia Genética. Essa nova concepção leva em conta a singularidade do indivíduo ou grupo, buscando o sentido particular de suas características e suas alterações, segundo as circunstâncias da sua própria história e do seu mundo sociocultural.

O processo evolutivo pelo qual essa nova área de estudo procurou estruturarse entende que o objeto de estudo é sempre o sujeito "aprendendo", como se refere Alicia Fernández (1991). Essa concepção de sujeito variou, porém, conforme dissemos anteriormente, em função da visão de homem adotada em cada momento histórico e da sua correspondente concepção de aprendizagem. Atualmente, a Psicopedagogia trabalha com uma concepção de aprendizagem segundo a qual participa desse processo um equipamento biológico com disposições afetivas e intelectuais que interferem na forma de relação do sujeito com o meio, sendo que essas disposições influenciam e são influenciadas pelas condições socioculturais do sujeito e do seu meio.

No trabalho preventivo, podemos falar em diferentes níveis de prevenção. No primeiro nível, o psicopedagogo atua nos processos educativos com o objetivo de diminuir a "frequência dos problemas de aprendizagem". Seu trabalho incide nas questões didático-metodológicas, bem como na formação e na orientação de professores, além de fazer aconselhamento aos pais.

No segundo nível, o objetivo é diminuir e tratar dos problemas de aprendizagem já instalados. Para tanto, cria-se um plano diagnóstico da realidade institucional e elaboram-se planos de intervenção baseados nesse diagnóstico, a partir do qual se procura avaliar os currículos com os professores, para que não se repitam tais transtornos. No terceiro nível, o objetivo é eliminar os transtornos já instalados, em um procedimento clínico com todas as suas implicações. O caráter preventivo permanece aí, uma vez que, ao eliminarmos um transtorno, estamos prevenindo o aparecimento de outros.

No exercício institucional, o psicopedagogo deve reconhecer a sua própria subjetividade na relação, pois trata-se de um sujeito que estuda outros sujeitos. Essa inter-relação de sujeitos, na qual um procura conhecer no outro aquilo que o impede de aprender, implica uma temática muito complexa.

Ao psicopedagogo, cabe saber como se constitui o sujeito, como este se transfor-

ma em suas diversas etapas de vida, quais os recursos de conhecimento de que ele dispõe e a forma pela qual produz conhecimento e aprende. Esse saber exige do psicopedagogo que recorra a teorias que lhe permitam reconhecer de que modo se dá a aprendizagem, bem como as leis que regem esse processo: as influências afetivas e as representações inconscientes que o acompanham, o que pode comprometê-lo e o que pode favorecê-lo. É preciso, também, que o psicopedagogo saiba o que é ensinar e o que é aprender; como interferem os sistemas e os métodos educativos; os problemas estruturais que intervêm no surgimento dos transtornos de aprendizagem e no processo escolar. Faz-se, desta maneira, imperioso que, enquanto psicopedagogos, aprendamos sobre como os outros sujeitos aprendem e, também, sobre como nós aprendemos.

No trabalho psicopedagógico, conceber o sujeito que aprende como um sujeito epistêmico-epistemofílico implica procedimentos diagnósticos e terapêuticos que considerem tal concepção. Por exemplo, no processo diagnóstico, interessa-nos saber como é o que o sujeito pode aprender e perceber o interjogo entre o desejo de conhecer e o de ignorar. Para isso, é necessária uma leitura clínica na qual, por meio da escuta psicopedagógica, se possam decifrar os processos que dão sentido ao observado e norteiam a intervenção: "Além do sintoma que se deve ser reeducado, primeiramente existe uma mensagem que deve ser ouvida". (MANNONI, 1976, p. 205).

Perceber esse interjogo, ouvir essa mensagem, enfim, assumir essa atitude psicopedagógica requer um conjunto de conhecimentos

3.A EDUCAÇÃO E A APRENDIZAGEM

Nada mais fácil, à primeira vista, do que definir o conceito de educação. A palavra é relativamente recente: ela aparece na língua francesa, no início do século XVI, como resultado de uma tradução latina feita pelos humanistas do Renascimento. A partir de então, os dicionários — gerais e especializados — deram inúmeras definições da educação. Quanto às contribuições que os filósofos nos fornecem, são tão diversas como as doutrinas que as inspiram. São prova suficiente desta asserção, os exercícios que propomos na prática.

A história da educação acentua a importância do fator histórico na explicação dos fatos e das doutrinas pedagógicas. As doutrinas pedagógicas traduzem, muitas vezes, a expressão das aspirações de determinados indivíduos de elite. Desprezar esta afirmação seria se privar de elementos teóricos que nos permitam compreender os progressos realizados até nossos dias, avaliar o alcance dos diferentes movimentos reformistas atuais e antever a evolução que ameaça produzir-se num futuro mais ou menos próximo (HOTYAT, 1980) A título de exemplo, o humanismo utópico' é revelador do papel que pode desempenhar o fator histórico.

Ninguém duvidará da necessidade de conceder o primeiro lugar ao problema das finalidades educativas. Os conflitos, as oposições em matéria pedagógica surgem não dos meios ou das técnicas, mas da significação que se atribui à educação. Não sendo possível educar sem se referir a uma filosofia mais ou menos explícita, descobrem-se exemplos, em diversas disciplinas, de informações, de resultados de trabalhos, de pesquisas que modificam nossa maneira de equacionar os problemas da educação.

Todo educador, todo formador, deve optar por uma concepção da educação, assim como opta por uma filosofia da vida. Desprezar este fato, seria já optar pela maneira mais angustiante. “Uma pedagogia é sempre o resultado de uma filosofia; e toda filosofia tende a consumar-se numa pedagogia.” (HOTYAT, 1983) É preciso ainda determinar o conteúdo da finalidade educativa. A este respeito, são bem conhecidas as divergências profundas que separam filósofos, metafísicos, teólogos, moralistas, pedagogos, sociólogos... Os exemplos que se seguem serão suficientes para confirmá-lo.

Toda ação educativa deve ter em conta o nível de crescimento atingido pelo indivíduo. Assim, por exemplo, não se caminha na idade de seis meses, o mecanismo da marcha depende da maturação dos respectivos centros nervosos (mielinização das fibras sensório-motoras, coordenação neuromotora, etc.).

Torna-se igualmente inútil — numerosas experiências e observações o demonstraram — querer ensinar a ler uma criança, antes (este ter atingido um certo grau de maturidade. Mas o crescimento não se restringe à necessidade da maturação fisiológica, pois resulta também da influência de fatores externos. Assim, o desenvolvimento da linguagem é bloqueado sem a intervenção dos estímulos exteriores do meio social; uma criança que não ouve falar à volta de si, fica muda.

Também aqui é difícil fazer distinção entre a aquisição hereditária e as influências culturais. “No domínio da motricidade, as diferenças são em favor dos homens no que respeita à força muscular, a rapidez e a precisão dos movimentos de grande amplitude; em favor das mulheres a destreza digital.” (Demo, 1994) Em que medida, porém, se pode afirmar que estas diferenças sio devidas unicamente aos elementos biológicos ligados ao sexo? Os papéis sociais do homem e da mulher não explicam, em parte, estas diferenças (Demo, 1994).

Os processos de crescimento estudados nos Estados Unidos têm permitido demonstrar que as diferenças de temperamento entre meninos e meninas constituem um fato consumado, e que esta diferenciação se manifesta nos primeiros meses de vida. Assim, a menina será capaz de concentrar sua atenção e por mais tempo que o menino, enquanto que este se mostraria mais independente e mais agressivo. A explicação dada a estes fatos é que não se trata de caracteres inatos, mas de efeitos do modo de educar as crianças conforme os princípios sociais vigentes.

Diferenciação e integração: Estes dois processos aparentemente antinômicos são concomitantes e estão indissoluvelmente ligados, durante o crescimento. Por meio da diferenciação, o organismo aperfeiçoa suas reações a respeito do meio (o comportamento passa do geral ao específico, do global ao localizado); pela integração, ele realiza uma síntese original, pessoal e eficaz das necessidades e objetivos do indivíduo.

Nas primeiras etapas do desenvolvimento intelectual, são muito apreciadas as ajudas (mediação) do professor ou de outro adulto ou colega, sempre e quando "saibam mais" que o aprendiz. Estas ajudas se dão através dos métodos de dedução e/ou indução fartamente conhecidos, como principalmente se procede, respectivamente, no pré-escolar, onde a abstração requer o dado concreto (conceitos simples) e nas séries iniciais do ensino fundamental (conceitos menos simples).

Já em etapas mais tardias do desenvolvimento intelectual, onde existe uma maior experiência do sujeito pelo aumento de suas interrelações com o meio, e principalmente interpessoalmente, a capacidade abstrata do pensamento vai sendo alcançada até os 10-11-12 anos (adolescência), quando se adquire plenamente (ver Piaget) a formação de conceitos; também pode dar-se com um nível menor de tais ajudas e/ou por puro raciocínio do aluno (automediação), pois acontecem abstrações de tipo superior que permitem ao aprendiz mais avançado no sistema do ensino (de quinta série em diante) aprender conceitos abstratos complexos como são o átomo, o amor pátrio, o princípio moral etc. Se a criança que descrevemos formando e ampliando sucessivamente seu conceito de cidade chega à universidade e se gradua, por exemplo, em Arquitetura, indubitavelmente seu conceito de cidade será mais inclusivo e, portanto, mais rico, pois sua capacitação especializada a dotará de experiências específicas que os demais não têm e ampliará de forma polivalente seu conceito de cidade.

Assim, podemos concluir que um conceito se forma a partir do intercâmbio repetido entre o aprendiz e as qualidades e relações das coisas, numa série de experiências sucessivas, seja por si mesmo e/ou orientado ou mediado pelos demais, porém, devemos lembrar o que dissemos aqui várias vezes: mediar não é dar.

Devemos ter cuidado quando em nossa função educativa, longe de promover a formação de conceitos em nossos alunos, mediando sua autoconstrução, os obrigamos a "adotar" determinados conceitos, exigindo a memorização mecânica dos conceitos que dogmaticamente formulamos na aula, numa conversa com um só interlocutor: o professor; assim, o aluno poderá repetir o enunciado ensinado autocraticamente, porém, com palavras vazias e falhas, pois ele não participou de sua definição; esse saber estará carente de significado e dificilmente lhe trará alguma utilidade prática quando necessite desse conhecimento.

Fundamentado no próprio Petrovski (1980, p. 248), chamo a atenção de professores e educadores em geral, os quais muitas vezes não aplicam, principalmente no ensino fundamental, o procedimento de uso das chamadas operações básicas do pensamento-linguagem; por este motivo, quero destacar cinco tarefas básicas no ensino de conhecimentos por conceitos:

Mostrar aos alunos, através de exemplos, fotografias, filmes, artigos, fatos(pessoas, animais, plantas, fenômenos naturais e sociais etc.) que se quer estudar, em toda sua diversidade e dimensões, e como agem na natureza e/ou sociedade para demonstrar a importância de seu conhecimento (por exemplo, os mamíferos).

Promover a observação destes fatos dentro e/ou fora da sala de aula,utilizando o fato real ou elaborado, por exemplo, um mamífero vivo, dissecado ou modelado, para que eles mesmos vão descobrindo suas distintas características, com os níveis de ajudas necessárias por parte do professor, utilizando os procedimentos indutivos ou dedutivos: estrutura, tipo de vida, importância econômica e/ou social etc.

Estimular a análise do "todo" (mamífero em questão), aprofundando ascaracterísticas observadas a partir de comparações com outros mamíferos, quanto a semelhanças e diferenças, assim como com outros animais que não mamíferos (aves, répteis, anfíbios etc.), propiciando o confronto de ideias (discussão entre alunos), registrando nos cadernos ou no quadro, em forma de tabela, por exemplo, as propostas que vão sendo feitas, para depois elaborar "mapas" ou "rotas" com as ideias corretas.

Diferenciar as características que são comuns a toda a categoria e,portanto, essenciais em qualquer mamífero – como pode ser a condição vivípara, o sangue quente, a respiração pulmonar, as glândulas mamárias (nas fêmeas), a pele coberta de pelo etc.

– das características não essenciais porque podem ser achadas em qualquer outro animal que não seja mamífero como tamanho, habitat, alimentação, docilidade, domesticidade etc. Esta fase procedimental corresponde à abstração, pois nela já se estabelece o conceito de mamífero.

Transferir o conhecimento obtido (conceito de mamífero) a outros animaisnão vistos em classe e principalmente o tipo de relação que se estabelece entre ele e a realidade natural e/ou social (neste caso, qualquer mamífero tem alguma incidência sobre a natureza e o social), através da observação de lâminas, leitura de histórias, filmes, narração de fatos pelos próprios alunos etc. Nesta fase, verifica-se a generalização do conhecimento aprendido, do conceito formado.

5.ATUAÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA

O campo de atuação do psicopedagogo refere-se não só ao espaço físico onde se dá esse trabalho, mas também, e em especial, ao espaço epistemológico que lhe cabe, ou seja, ao lugar deste campo de atividade e ao modo de abordar o seu objeto de estudo. A forma de abordar o objeto de estudo pode assumir características específicas, a depender da modalidade: clínica, preventiva e teórica, umas articulando-se às outras.

O trabalho psicopedagógico não deixa de ser preventivo, uma vez que, ao tratar alguns transtornos de aprendizagem, pode evitar o aparecimento de outros. O trabalho preventivo, em uma abordagem psicopedagógica, é sempre clínico, levando em conta a singularidade de cada processo. Essas duas formas de atuação, por sua vez, não deixam de resultar em um trabalho teórico. Tanto na prática preventiva quanto na clínica, o profissional, como já vimos anteriormente, procede sempre embasado no referencial teórico adotado. Ao delimitar o campo de atuação do trabalho psicopedagógico, deve-se, no entanto, diferenciar essas modalidades de atuação, especificando as suas tarefas.

Dessa forma, o trabalho psicopedagógico na área preventiva é de orientação no processo ensino-aprendizagem, visando favorecer a apropriação do conhecimento pelo ser humano, ao longo da sua evolução. Esse trabalho pode se dar na forma individual ou na grupal, na área da saúde mental e da educação. Na sua função preventiva, cabe ao psicopedagogo:

detectar possíveis perturbações no processo de aprendizagem;

participar da dinâmica das relações da comunidade educativa, a fim de favorecer processos de integração e troca;

promover orientações metodológicas de acordo com as características dosindivíduos e dos grupos;

realizar processos de orientação educacional, vocacional e ocupacional,-tanto na forma individual quanto em grupo.

O trabalho psicopedagógico pode, certamente, ter um caráter assistencial. Isso acontece quando, por exemplo, o psicopedagogo participa de equipes responsáveis por elaboração, direção e evolução de planos, programas e projetos no setor de educação e saúde, integrando diferentes campos de conhecimento. A Psicopedagogia ocupa-se, assim, de todo o contexto da aprendizagem, seja na área clínica, preventiva, assistencial, envolvendo elaboração teórica no sentido de relacionar os fatores envolvidos nesse ponto de convergência em que opera.

A elaboração teórica visa criar um corpo teórico da Psicopedagogia, com processos de investigação e diagnóstico que lhe sejam específicos, por meio de estudos das questões educacionais e da saúde no que concerne ao processo de aprendizagem. Implica, desta maneira, uma reflexão constante sobre a pertinência da aplicação das diversas teorias ao campo da Psicopedagogia, por meio de avaliação da prática resultante desses pressupostos.

Esse trabalho consiste em uma leitura e releitura do processo de aprendizagem e do processo da não aprendizagem, bem como da aplicabilidade e dos conceitos teóricos, resultando em novos contornos e significados, proporcionando práticas mais consistentes. Já, na área da saúde, o trabalho é feito em consultórios privados e/ou em instituições de saúde (como hospitais), no sentido de reconhecer e atender às alterações da aprendizagem sistemática e/ou assistemática, de natureza patológica.

Existe também uma proposta de atuação nas empresas, onde o objetivo seria favorecer a aprendizagem do sujeito para uma nova função, auxiliando-o para um desenvolvimento mais efetivo de suas atividades. Historicamente, a Psicopedagogia nasceu para atender à patologia da aprendizagem, mas ela tem se9 voltado cada vez mais para uma ação preventiva, acreditando que muitas dificuldades de aprendizagem se devem à inadequada Pedagogia institucional e familiar.

A proposta da Psicopedagogia, em uma ação preventiva, é adotar uma postura crítica diante do fracasso escolar, em uma concepção mais totalizante, visando propor novas alternativas de ação voltadas para a melhoria da prática pedagógica nas escolas.

Na prática do psicopedagogo, ainda hoje é comum receber no consultório crianças que já foram examinadas por um médico, por indicação da escola ou mesmo por

iniciativa da família, devido aos problemas apresentados por ela na escola. Importa termos em mente que é dentro dessa concepção de problemas de aprendizagem na escola que, ainda no final da década de 70, surgiram os primeiros cursos de especialização em Psicopedagogia no Brasil, idealizados para complementar a formação dos psicólogos e de educadores que buscavam soluções para esses problemas. Esses cursos foram estruturados e, dentro desse contexto histórico, amparados em um conhecimento científico, fruto de uma dinâmica sociocultural que não a nossa.

CONCLUSÃO

Com a realização deste estudo, entramos em contato com a realidade social dos nossos dias, com sua demanda padronizada de consumo, pressa, hedonismo e individualismo, na qual os valores parecem pautados na ótica de que o dinheiro tudo compra. Essa situação apontou para a urgente necessidade de transformações baseadas em autênticas relações interpessoais, que devem ter sua instauração e modelo na família e depois na escola, por estarem sob o domínio do campo afetivo. Como educadores, percebemos, frente a esse contexto hodierno, que o fazer educativo não pode se furtar ao conhecimento das questões afetivas, por serem estes presentes e determinantes nos processos inter-relacionais de mudança, desenvolvimento e aprendizagem. Dessa forma, tivemos em mente na realização deste estudo o entendimento das questões afetivas e inter-relacionais como inerentes à prática educativa e, em especial, à avaliação e à intervenção psicopedagógica.

Nessa perspectiva, consideramos ser pertinente o saber psicanalítico por ser este o que busca as causas primeiras: origem dos desejos, das emoções, dos sentimentos, das atitudes, dos valores, das ações, da curiosidade e do desejo de aprender.

A psicopedagogia nos remeteu para a teoria e a prática educacional e, especificamente, para as questões do ensino-aprendizagem, em especial aquelas que apresentam obstáculos intrínsecos à sua efetivação. Assim, voltamo-nos para o conhecimento psicopedagógico, em sua confluência de tantos saberes, com a preocupação de não perdermos o foco das necessidades próprias ao fazer educativo.

Desse modo, salientamos o pensamento tanto na avaliação e na intervenção do psicopedagogo, em sua necessidade de apoio teórico-científico para legitimação de sua prática no que se refere às questões afetivas e inter-relacionais, quanto no seu fazer de orientar e acompanhar a família, o professor, a escola e até a comunidade onde esta se insere.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, Ricardo. Vygotsky e a aprendizagem escolar. Porto Alegre:

Artmed, 2001.

CORTELLA, Mario Sergio. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo: Cortez, 2000.

DEMO, Pedro. Pesquisa e construção do conhecimento. Rio de Janeiro:

Tempo Brasileiro, 1994.

FERNÁNDEZ, A. A inteligência aprisionada. Porto Alegre: Artmed, 1991. . A mulher escondida na professora: uma leitura psicopedagógica do ser mulher, da corporalidade e da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1994.

GATTI, Bernardete Angelina. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Plano Editora, 2002.

GOLBERT, C. S. Considerações sobre as atividades profissionais em Psicopedagogia na região de Porto Alegre. In: Boletim da Associação Brasileira de Psicopedagogia, ano 4, n. 8, agosto de 1985

HABERMAS, Jürgen. Conhecimento e interesse. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HUBBERT, R. História da Pedagogia. In Tradução: são Paulo: Editora Ática

1999

KIGUEL, S. M. Reabilitação em neurologia e psiquiatria infantil: aspectos psicopedagógicos. Congresso brasileiro de neurologia e psiquiatria infantil: a criança e o adolescente na década de 80. Porto Alegre: Abenepe, 1983.

MACEDO, L. A interdisciplina na psicopedagogia. In: SCOZ et al.

Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional. Porto

Alegre: Artmed, 1987

MERY, J. Pedagogia curativa, escolar e psicanálise. Porto Alegre: Artmed, 1995.

SCOZ, Beatriz J. L. (Org.). Psicopedagogia: contextualização, formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991

VISCA, Jorge. Clínica psicopedagógica: epistemologia convergente.

Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.